

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O Fundo Municipal de Saúde de Quirinópolis necessita da contratação de empresa especializada para fornecimento dos serviços de locação de um Aparelho de Gasometria nos moldes do Termo de Referência/Projeto base, a fim de prover ao Fundo Municipal de Saúde em caráter emergencial - COVID-19 a Contratação de empresa especializada de prestação de serviços com a locação de um aparelho de Gasometria Arterial via dispensa de licitação para que não haja prejuízos aos pacientes que necessitem de internação ou atendimento médico urgente no Hospital Municipal de atendimento no Hospital Municipal “Antônio Martins da Costa”, em razão que tal aparelho se faz necessário para o atendimento da grande população que nos últimos dias vem aumentando absurdamente neste Município, devido a esta grande procura dos órgãos de saúde, e devido ao período de pandemia no Brasil e no Mundo é essencial não ter a falta do equipamento solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde.

O processo de locação é mais vantajoso para o hospital, pois, entre os benefícios da locação temos já inclusos no valor do aluguel do equipamento, fatores como: depreciação do equipamento locado, manutenção preventiva e corretiva do equipamento, valor do processo de instalação da interface do equipamento e sua manutenção.

O Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo a proteção dos pacientes e devendo garantir a não contaminação e deve-se almejar a proteção total quando se identifica um risco aumentado de exposição com a grande quantidade de pacientes confirmados e suspeitos do Coronavírus.

Por meio de Decretos e Portarias, a Prefeitura Municipal de Quirinópolis, com todo o conjunto dos órgãos Municipais e o Poder Legislativo, tem atualizado de forma permanente as medidas de prevenção, controle e enfrentamento à disseminação do coronavírus. Todas as ações, orientadas pelo Fundo Municipal de Saúde, estão alinhadas com o que preconiza o Ministério da Saúde.

Além das ações de competência municipal, o Município de Quirinópolis está em alerta permanente para a atualização de medidas necessárias para a segurança da população e de agentes públicos em atuação ante a pandemia de coronavírus.

De acordo com o entendimento lançado é possível à contratação através de declaração de dispensa de licitação, embasada no art. 4º, da Lei nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020 e de acordo com a alteração da Lei a Medida Provisória 926/2020, de 20 de Março de 2020, desde que verificados os requisitos ali consagrados.

"Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição."

Considerando, então, a urgência que o caso (pandemia) requer e, ainda, levando em consideração a complementação realizada pela Medida Provisória nº 926 de 20 de março de 2020, que trouxe a seguinte redação:

"Art 4º b Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência."

É público e notório, bem como através de pesquisas entre as empresas cotadas e fornecedoras de equipamentos e materiais hospitalares, que já possui cadastro por meio de certificado de registro cadastral neste Município, esta administração com o intuito de garantir os princípios da isonomia e da celeridade, tendo em vista que a cotação de preços mais vantajosa para a Administração usou o critério de julgamento o de menor preço unitário foi com a empresa **A & C LABOR COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.098.450/0001-08 e tendo enviado outros e-mail's, mesmo assim este departamento de licitação teve como preço base do item cotado por sua vez no Banco de Preços para se ter como preço base na atualidade.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que, para formalização do negócio, há necessidade da referida empresa especializada no fornecimento comprovar apresentação de demais documentos de praxe, observando que já consta nos autos comprovada a existência de dotação orçamentária.

Por meio de pesquisa verificou-se que a empresa proponente acima está apta e capaz de fornecer os serviços de locação solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde, demonstrando anos de mercado, possuindo competência e alto grau de qualificação.

Resta, portanto, justificado a escolha do fornecedor convidando-se a apresentar uma manifestação de interesse atendendo assim ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso II e III da Lei nº. 8666/93.

Cuida-se a presente Contratação de empresa especializada de prestação de serviços com a locação de um aparelho de Gasometria Arterial, sobre estado de urgência, circunstâncias que ensejam, por si só, a Dispensa de Licitação, no valor proposto pela empresa fornecedora, R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais), com a justificativa já nos autos para o momento em questão, verificando que se compara com preço baseado no mercado, bem como enfatizamos que foram observados todos os requisitos legais de contratação com a municipalidade, e que a publicação do extrato da dispensa será publicada, nos veículos oficiais de comunicação deste Município, Mural dos jurisdicionados, Portal da Transparência e no site deste Município.

Encaminhe-se o presente, para ser submetida à análise e manifestação jurídica, visando a posterior autorização da Gestora Municipal do Fundo para a contratação da empresa indicada.

Quirinópolis - GO, 22 dias do mês de Julho de 2020.


DIENE ANDRESSA SILVA MARCELINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação